

A justiça na China

Florencio Sánchez (assinado com
pseudônimo de Jack The Ripper)

O

Os magistrados do poder judiciário são muito severos na China, igual a todos os países civilizados.

Em Pequim havia um juiz chamado Tio Kin, que era um modelo no exercício de seu ministério.

Sabia de cor todos os códigos do Império Celestial, e recitava todos os artigos da lei com uma precisão admirável.

Parece-me que o vejo, sentado em seu tribunal, com sua fisionomia rechonchuda, os olhos minúsculos, à moda do país; a cabeça raspada e o rabo de cavalo duro como uma cauda de raposa.

Várias personagens rodeavam o palanque, e o ajudavam na administração da justiça.

Suas sentenças eram irrecorríveis.

Quando pronunciava sentença, o secretário abria um grande livro amarelo, no qual já estavam redigidas, há muito tempo, as fórmulas de direito, e não havia mais o que fazer do que preencher os espaços em branco, assim como se preenchem as inscrições dos piores acordos em nossas delegacias de polícia.

Certo dia compareceu diante do juiz um pobre chinês, a quem se acusava de ter roubado e comido um ovo.

O magistrado revestiu-se da maior gravidade e o interrogou assim:

- Como se chama?
- Kin Fo.
- Por que comeu o ovo?
- Porque tinha fome.
- Pois bem, a lei é muito clara a esse

respeito. Escuta a sua sentença: “Todo aquele que roubar alguma coisa, mesmo que seja pequena e insignificante, será castigado com a pena de morte”, artigo 3º do Código Verde. Condeno-o à forca administrando justiça etc.

O secretário abriu o livro amarelo e preencheu quatro lacunas com essas palavras: Kin-Fo-Ovo-Forca.

O réu deu um golpe sobre a mesa, para chamar a atenção do juiz, e lhe mostrou uma pena de peru.

Era a insígnia dos mandarins. O réu era, pois, um mandarim, e não tinha advertido o magistrado a tempo.

O doutor Tio Kin coçou a cabeça, como um homem que não sabe o que fazer, e por fim disse:

- Estas leis do Império Celestial são tão intrincadas, que pode muito bem o senhor mandarim que está presente, acusado por uma ninharia, conceder-me um tempo para que eu medite um momento sobre sua causa.

O chinês meditou por algum tempo, ou fez que meditava, e declarou que, ainda que a lei falasse do roubo em geral, não encontrava nela nenhum artigo referente ao roubo de ovos, o que significava: que não havia castigo algum para esta falta e, em consequência,

administrando justiça etc., declarava-o absolvido.

O secretário voltou a abrir o livro amarelo, riscou a palavra *Forca*, colocou *Absolvido*.

Com que facilidade se fazem essas coisas na China!

O juiz, entretanto, dizia para seu próprio rabo de cavalo: Que gafe eu teria cometido se tivesse condenado esse mandarim de três caudas!

Este ainda nem tinha saído do tribunal quando foi acusado também de ter roubado a galinha que colocou o ovo.

O magistrado suava frio. Assim o crime era mais grave! Como transigir? Contudo, morto de medo, cavou o código e encontrou um artigo que dizia: “Àquele que se apropriar de animais alheios, como galinhas, patos, porcos etc., terá a cabeça cortada”.

O réu confessou seu crime, para grande desgosto do juiz, que queria negá-lo.

Que fazer, pois? A lei era rígida; Tio Kin recorda que alguns mandarins haviam sido executados em outra época e, embora sua mão tremesse um pouco, assinou a sentença.

Mas, ao levantar seus olhos, observou com assombro que o réu tinha pendente no pescoço o botão de cristal, símbolo dos grandes chanceleres do império.

Imediatamente, puseram-se todos

em pé diante do acusado e o saldaram com o mais profundo respeito. Somente o secretário, que era um pouco míope, e estava ocupado pela terceira vez em emendar a sentença, demorou um pouco para levantar-se e curvar-se.

Passado o primeiro momento de surpresa, o juiz regressou ao código, estudou-o melhor e mais detidamente, e declarou, citando em seu apoio a opinião de notáveis juristas chineses, que aquele de quem se cortava a cabeça, que constava na lei, referia-se unicamente à cabeça da ave roubada, nunca à do ladrão, para o qual suplicava-se a bondade de decapitar a galinha, para satisfazer a vingança pública.

O secretário colocou seus óculos, abriu o livro amarelo, apagou e escreveu pela quarta vez.

- Mas, no caso - exclamou o réu, sacando a coroa de príncipe imperial e colocando-a na cabeça -, como o dono da galinha me impediu de roubar sua propriedade, eu o matei em seguida.

Os funcionários do tribunal lhe fizeram uma profunda reverência, enquanto o porteiro, sabendo do que ocorria, correu a içar a bandeira amarela na sacada do palácio, para que o povo

de Pequim soubesse que um príncipe honrava a mansão com sua presença. E quando ela estava levantada, ele veio trazendo a almofada de seda e o dossel roxo para o filho do soberano; mas este já saía gravemente da sala, entre duas fileiras de altos dignitários encurvados para o chão, precedido pelo magistrado, que abria a marcha tocando o gongo.

Somente o secretário andava um pouco atrás, em razão de ter tido que rasgar, cuidadosamente para que não se notasse, a página 3.114 do livro das sentenças.

No dia seguinte, quando o tribunal foi instalado, foi denunciado um vendedor de chá, que não tinha se prostrado quando o príncipe saía do palácio de justiça.

Naturalmente, enforcaram-no, porque a justiça é muito severa em Pequim.

*
* *

- Que coisas acontecem na China! - dirão meus leitores.

- Sim - eu digo -; parece que aconteceram aqui.

La justicia en China foi publicado originalmente na revista *El Sol*, no ano de 1900. A revista era editada em Buenos Aires pelo também anarquista Alberto Ghirardo. Tradução para o português feita por Clayton Peron.

Florêncio Sanchez (1875-1910) foi um dramaturgo e jornalista uruguaio. Iniciou sua carreira como jornalista no periódico *La Voz del Pueblo*, em que já assinava artigos com a alcunha de “Jack”. Em 1900, ingressou no *Centro Internacional de Estudios Sociales*, principal espaço do anarquismo em Montevideú. Nesse período, foi um intenso propagandista, participando ativamente da *Biblioteca Obrera* daquele centro e realizando inúmeras conferências.

Isso valeu a perseguição policial e sua mudança para Rosário, na Argentina. Nesta cidade, participou ativamente de greves, sendo secretário do Comitê de Greve Geral da cidade. Também foi redator do jornal anarquista *La Protesta Humana* e era assíduo frequentador da *Casa del Pueblo*, ambos de Buenos Aires. Colaborou para outras publicações libertárias, dentre outras, para a revista *El Sol*, dirigida por Alberto Ghiraldo. Uma dessas colaborações é o conto que traduzimos, publicado aqui.

Suas peças teatrais, encenadas nos dois lados do Rio da Prata, retratavam a vida cotidiana, seja a miséria do proletariado e a moral dos oprimidos, seja a decadência das classes proprietárias. Entre aquelas de maior destaque podem ser citadas *La gente honesta* (1903), *Barranca abajo* (1905) e *El convetillo* (1906).



Florencio Sánchez (1875-1910)

Clayton Peron